



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO  
DIA 21 DE JUNHO DE 2013**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE ABRIL DE 2013

**II- ORDEM DO DIA**

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2- REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS= PROJETO DA 2ª ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.3- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) -= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.4- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5- PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DA SENHORA DA RIBEIRA= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.6- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2012= CONHECIMENTO
- 2.7- ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2012= CONHECIMENTO;



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 2.8- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO-2012/CONHECIMENTO;

#### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Edite da Conceição Alves da Cruz, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Abel Simões, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Hélder Luís Santos Pereira, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Hélder Morais dos Santos Dias, Rui José de Sousa Branquinho Ramos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Paula Francisca Rodrigues Gomes e José Marques Duarte da Cruz. A falta à Sra. Deputada Paula Francisca Rodrigues Gomes foi justificada, a falta do Sr. Deputado José Marques Duarte da Cruz foi considerada injustificada por não ter apresentado qualquer pedido de justificação.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE ABRIL DE 2013. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período: inscreveram-se os Srs. Deputados Inês Matos e João Boto Martins.

Dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos esta fez a intervenção que constitui o anexo n.º1 desta ata dela fazendo parte integrante.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que começou por agradecer à Sra. Deputada Inês Matos o trabalho que teve em preparar a sua intervenção, trabalho que ele não teve. Não era a comemoração do 10 de junho e a homenagem prestada aos mortos de Santa Comba Dão na I Grande Guerra que o levava a fazer a sua intervenção ficando no entanto esclarecido sobre a importância da data que pela primeira vez, pelo que se lembrava foi comemorada no Concelho de SCDão. Referiu as lembranças que era obrigado a ter devido ao seu percurso militar no Convento de Mafra onde estavam assinaladas as batalhas da I Guerra Mundial e onde participou o contingente português em França. Ficou esclarecido das dificuldades passadas pelos Portugueses nesse conflito o que não acontece hoje com a tecnologia utilizada. Considerou que a homenagem aos três mortos do Concelho na I Guerra Mundial tardou e a ter tardado considerava que seria muito mais simbólico que ela se verificasse quando se fizessem 100 anos depois da morte dos heróis, mas isso levaria talvez a



*J. S.*  
*[Signature]*

## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017 e 2017 provavelmente será ano de eleições, também aí estaria um aproveitamento político, este ano não, não se punha essa questão. A sua intervenção tinha outro objetivo que era a inauguração do Balcão Único relativamente ao qual já tinha em tempos posto uma questão ao Sr. Presidente da Câmara ao pretender saber se as vantagens que o Sr. Presidente vê na abertura deste Balcão Único são assim tantas. Lembrava-se de uma das últimas vezes que recorreu aos serviços da Câmara, foi de imediato atendido por um funcionário que perante as dúvidas que colocou lhe disse que teria de ser o responsável pelo serviço que o poderia esclarecer sobre as dúvidas que tinha, foi ver se ele estava disponível o que aconteceu na hora e foi esclarecido. Ali funcionou como Balcão Único no espaço de dez metros. Supunha que agora neste Balcão Único isso não será possível pois os responsáveis pelos serviços da Câmara continuarão no seu local de trabalho e no Balcão Único estará um funcionário da Câmara que no caso de não ter conhecimentos ou competências para resolver o problema obrigará a esperar algum tempo ou a ir ao Largo do Município e falar com o responsável pelo serviço. Por outro lado gostava de saber se para além das vantagens que o Sr. Presidente aponta em relação a este serviço de Balcão Único, se essas vantagens compensam o custo da obra realizada embora seja uma maneira de conservar o rentabilizar o edifício que justifica um certo investimento do Município.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não foi inaugurado o Balcão Único uma vez que o mesmo não está a funcionar, foram inauguradas sim as obras de requalificação do rés do chão da Casa dos Arcos tendo como objetivo a instalação do Balcão Único. As vantagens do Balcão Único são conhecidas e se assim não fosse os catorze Municípios da Comunidade Intermunicipal não teriam aderido a este projeto. Quanto à possibilidade do custo da obra ser compatível ou não em relação ao proveito a tirar dela, diria que só pelo facto, e essa justificação já foi dada pelo Sr. Deputado, só o facto de se ter recuperado um edifício qualificado e coloca-lo à disposição das pessoas justificava o custo da obra. O investimento feito pela Câmara foi de 70 mil euros para um total de 150 mil euros. Em relação à questão específica que colocou de ter sido bem tratado, os serviços funcionam bem e quanto à possibilidade de não ser possível resolver a questão no Balcão Único, dizia que este servirá para resolver problemas na totalidade, não está ainda montado pois decorrem ações de formação dos funcionários que irão estar no atendimento no Balcão Único, precisamente para terem as tais competências necessárias a resolver todas as questões no mesmo balcão. Além disso o espaço não vai servir só para atendimento do que são os serviços da Câmara, irá servir também para a instalação de vários Gabinetes, entre eles o do Investidor. Tem espaço para isso e ainda a possibilidade de serem utilizados alguns espaços para a Biblioteca Municipal e foi essa a razão para se colocar o elevador de acesso ao primeiro andar. Não se punha a questão do custo da obra e está em preparação uma segunda fase de obras que incluirá a recuperação da Capela. Achava que era importante fazer estas obras pois trata-se de património.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos:  
**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir a inauguração das obras efetuadas na Casa dos Arcos e a homenagem aos mortos do Concelho de SCDão na I



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Guerra Mundial inseridas nas comemorações do dia 10 de junho, uma data que não tem sido comemorada no Concelho e este ano, também atendendo a um pedido do Núcleo de SCDão da Liga dos Combatentes acabou por ter estes momentos altos num dia que é importante para todos nós. Referiu a polémica referente ao programa de animação para a parte da tarde desse dia e em especial a do “porco no espeto”, confirmou que reuniu com os Presidentes de Junta solicitando a sua participação nas comemorações do 10 de junho e sugeriu que pudessem contribuir para o pagamento dos “porcos no espeto” porque se percebeu que para juntar as pessoas não bastava animação, era também necessário dar-lhes mais alguma coisa, era uma tarde inteira e era natural que as pessoas quisessem qualquer coisa para se confortarem. Disse que nenhuma Junta de Freguesia, mesmo as que se disponibilizaram para colaborar acabou por ser solicitada para pagar qualquer importância porque a Câmara já tem as contas dos “porcos no espeto” e já as pagou. A intenção era envolver todos, não serem só comemorações da freguesia de SCDão mas do Concelho e portanto participando as Juntas de Freguesia seria uma forma de se mobilizarem as pessoas das freguesias para se deslocarem ao espaço do Tribunal. Seguidamente referiu a parte da informação financeira da Câmara analisando as contas até 31 de maio focando os mapas da receita e da despesa distribuídos aos Srs. Deputados. A despesa continua estabilizada, diminuindo 0,5% em relação ao mesmo período de 2012 e para que ela não fosse menor referiu o forte contributo de duas classificações: Despesas com Pessoal (internalização de 11 funcionários da Combanima e pagamento em duodécimos de um subsídio) e Aquisição de Serviços (transição para a Câmara de vários contratos de gás, eletricidade e outros que estavam em nome da Combanima). Ainda na despesa referiu uma diminuição substancial nos Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros. A despesa estabilizou sendo ligeiramente inferior ao previsto no Plano de Ajustamento Financeiro. Quanto à receita e em igual período de 2012, diminuiu pois não foi contratado qualquer empréstimo de curto prazo, se ao valor de 2012 for retirado o empréstimo de curto prazo que foi feito a receita de 2013 seria superior em cerca de 200 mil euros.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por referir o caso das coberturas no Ex-Bairro do Fundo de Fomento dizendo que as telhas já lá estavam mas não tinham sido ainda colocadas o que causava algum transtorno aos moradores e corriam algum risco pois podiam ser danificadas. Em relação à situação financeira disse não terem visto qualquer referência à consolidação das contas da Câmara Municipal, nem das contas da Combanima e Profiacademus. Esta consolidação deveria ter sido apresentada em abril ou excecionalmente este mês, primeiro em sessão de Câmara e depois na Assembleia Municipal. Perguntava para quando a apresentação da consolidação das contas pois sem isso poderá incorrer-se de facto na violação da Lei mais uma vez. Na informação é também referido um aumento de transferências para a Profiacademus, para aumento de Capital Social para permitir uma maior estabilidade a todos os colaboradores o que saudava, mas considerava estranho que estas transferências tenham coincidido com a passagem dos trabalhadores da Combanima a quem nunca deixaram de ser pagos os vencimentos por contra partida dos trabalhadores da Profiacademus que até àquela data tiveram ou iam tendo salários em atraso às vezes com mais de quatro meses, trabalhadores esses que continuavam sem saber as funções na Profiacademus daqueles trabalhadores. Perguntava ao Sr. Presidente qual o valor das transferências e em quanto é que foi aumentado o Capital Social da Profiacademus.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que em relação às telhas disse que brevemente iriam ser colocadas, aguardava-se o fim de algumas intervenções



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

para se fazer aquela. Em relação à consolidação das contas, esqueceu-se de o referir anteriormente, elas estão concluídas e não vieram à Assembleia porque não têm o parecer do fiscal único. Não tinha o motivo do porquê de não terem dado ainda o parecer, mas o que lhe disseram foi que o mesmo esteve duas ou três semanas fora do País e portanto tem trabalhos em atraso, não só na Câmara de SCDão. Se houver alguma incompatibilidade com a Lei proporá ao Sr. Presidente da Assembleia a marcação de uma Assembleia extraordinária para solucionar a situação. Relativamente à Profiacademus, na informação financeira referente à despesa onde diz Ativos Financeiros espelha-se o valor da comparticipação que a Câmara tem vindo a dar, e que tem sido colocado em Ativo Financeiros que no fundo são aumentos de capital. Os Ativos Financeiros, sendo uma despesa da Câmara aumentam o património que a Câmara tem, há um grupo de trabalho que está a analisar uma redefinição dos objetivos da Profiacademus, isso interessa porque uma das vias que está a ser estudada é a possibilidade da participação de um parceiro privado e com o atual capital de 5 mil euros não se ia a lado nenhum, vai-se aumentando o capital e depois poderá alienar-se uma parte dele que retornará à Câmara. Em relação aos salários em atraso recordou que desde outubro de 2012 deixou de haver salários em atraso na Profiacademus.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS= PROJETO DA 2ª ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que as alterações apresentadas foram devidamente fundamentadas pelos técnicos que as alteraram tendo em conta as novas regras, leis e regulamentos.

Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo o Projeto de Alteração ao Regulamento de Liquidação de Taxas e Outras Receitas Municipais aprovado por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 12 abstenções do Partido Socialista.

Passou-se para o ponto dois ponto três: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) -= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu e leu a introdução que apresentou na situação financeira do Município no ponto dois ponto um onde historiava como se chegou à atual situação neste processo. Referiu depois que no mesmo dia em que apresentaram em Lisboa ao Secretário de Estado da Administração Local a possibilidade de abandonarem o empréstimo de reequilíbrio financeiro chegou àquela Secretaria de Estado, sendo-lhes dado conhecimento, uma carta dos Srs. Vereadores do PS solicitando que a Câmara pudesse ter acesso ao PAEL sem recorrer ao empréstimo. Nesse momento o Secretário de Estado pretendeu o envolvimento do PS nestas negociações, houve por parte dos Vereadores do PS uma intervenção que considerava fundamental, uma vez que solicitaram uma reunião com o Secretário de Estado donde se saiu com um consenso que permitiu levar a nova proposta à sessão da Câmara Municipal e aprova-la por maioria. Referiu depois que há neste processo dois indicadores dos 21 exigidos que não serão cumpridos durante alguns anos e que serão devidamente explicados quando for enviada a proposta descrevendo-os de seguida. O Processo ainda está sujeito à verificação da Comissão de Análise.

Pediu a palavra o Sr, Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que se congratulava com o consenso a que se chegou não deixando de lamentar que se tivesse demorado tanto tempo para uma coisa que parecia simples, evitavam-se reuniões com desfechos menos agradáveis pois éramos todos parte interessada no assunto. Lamentava



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também todo o percurso que ao longo destes anos nos levou a este final. Tinha que salientar a coincidência das duas comunicações ao Secretário de Estado, mas salientava de facto o empenhamento dos vereadores do PS que perante uma dificuldade que não se via como ultrapassar, tomaram a iniciativa de junto de quem de direito tentar desbloquear a situação. Lembrava também que foram as votações dos vereadores do PS e vereadora independente que fizeram recuar e que fizeram com que o Município não tenha que pagar juros avultadíssimos deste empréstimo que se pretendia contrair. Entendia que a CGD estivesse interessada em que se fizesse este novo empréstimo pois iria pagar parte da dívida que a Câmara tem, ainda acrescidos de 4 milhões de euros imediatos mais o diferencial que não era pago de 1,5 milhões. O que pensava era que a solução encontrada, se não se apelasse tanto ao consenso e se o praticássemos mais, esta situação estaria resolvida há muito mais tempo.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu que a contração do empréstimo resultava de uma exigência legal, não era nenhuma intransigência da Câmara. Esta situação só foi ultrapassada devido ao envolvimento de num Secretário de Estado e pela explicação que lhe foi dada no que seria o destino do empréstimo de reequilíbrio financeiro. Na maior parte dos Municípios que recorreram ao programa I a obrigatoriedade de recorrer a este empréstimo era mesmo legal assim como era para SCDão, só que esse empréstimo estaria destinado a cobrir dívidas de curto prazo que não eram cobertas pelo PAEL. SCDão comprovou no seu Plano de Reequilíbrio Financeiro que conseguia através de receitas extraordinárias que têm a ver essencialmente com o aumento do IMI e com reembolsos do QREN que tinha condições para cobrir a parte restante das dívidas de curto prazo que não eram cobertas pelo PAEL e a partir daí não se tinha necessidade de qualquer valor para cobrir essas dívidas. Garantiu que se não fosse esta situação, SCDão era mesmo obrigada a contrair o empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, poderia ser de um valor mais baixo mas eram obrigados a isso. A questão do desequilíbrio financeiro da Câmara tem a ver com a situação a médio e longo prazo, o empréstimo de saneamento financeiro coloca à tesouraria graves constrangimentos, não fosse o trabalho e era bom de uma vez por todas que se passasse da crítica pura e simples e se assumisse que hoje a Câmara já recebe mais do que gasta e assim pode ir pagando as suas dívidas e criar condições para que este plano tenha sucesso podendo prescindir-se desse tal empréstimo. Não queria de maneira nenhuma tirar o mérito e empenhamento que tiveram os vereadores do PS, disponibilizando-se até a ir a Lisboa reunir com o Secretário de Estado no desfecho desta situação. Não havia qualquer capricho por parte da Câmara, havia sim uma intransigência por parte da anterior Secretária de Estado que lhes disse que não era possível prescindir do empréstimo. Por sorte houve mudanças de Secretário de Estado que teve vontade de resolver o problema.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que manifestou a sua satisfação por ter prevalecido o bom senso e ter-se conseguido uma solução para continuar com o PAEL sem o recurso à contração de um empréstimo que era altamente prejudicial para o Município de SCDão. Não queria deixar passar aquela oportunidade sem se referir ao que na última Assembleia foi afirmado pela Sra. Deputada Leandra Cordeiro que, integrando-se no ambiente que reinava se excedeu um pouco com as qualificações que atribuiu ao Partido Socialista. Leu parte daquela intervenção constante do anexo n.º3 da ata "Como é aliás apanágio e matriz do PS sacodem-se responsabilidades, lavam-se as mãos, encontra-se saída num discurso demagógico e populista". Chegava-se agora à conclusão que pelo menos estas afirmações foram nitidamente excessivas e lamentava-as, felizmente hoje podiam congratular-se com o facto de a Sra. Deputada Leandra Cordeiro também neste aspeto não ter razão devendo estar



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

arrependida de ter dito tanto sobre o assunto que teve uma evolução que parecia inesperada nessa altura. Felizmente encontrou-se esta solução e esperava que desta vez as esperanças manifestadas pelo Sr. Presidente da Câmara se concretizem e efetivamente o PAEL sirva para resolver os problemas das contas do Município de SCDão e dê bons frutos embora isso demore alguns anos.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que era importante referir que com esta solução não se saiu do inferno e se entrou no céu e nem se entrou no melhor dos mundos, os primeiros cinco anos do Plano são extremamente exigentes devido ao facto de não se ter feito aquilo que era mais gravoso para a tesouraria da Câmara, que era o pagamento do Plano de Saneamento Financeiro, cerca de 60 mil euros/mês não tendo a Câmara a possibilidade de aumentar a receita. Este ano vamos ter mais três momentos em que se irão receber receitas do IMI superiores aos anos anteriores e não houvesse também a possibilidade de recorrer a alguns reembolsos de fundos comunitários, para se fazer um plano de tesouraria a fim de aliviar a carga destes primeiros cinco anos isso não seria possível. Não havia a mínima duvida que esta solução, sendo a possível no curto prazo, é pior que a anterior porque coloca na Câmara uma responsabilidade enorme mensal e financeira que não teria se tivesse contraído o tal empréstimo. Voltava a dizer que logo no início se houvesse a possibilidade de não contrair o empréstimo de reequilíbrio financeiro não teria ido por ai pois tem consciência que as condições de mercado não permitem grandes veleidades junto da banca que se aproveita para cobrar juros proibitivos.

Pediu também a palavra a Sra. Deputada Leandra Cordeiro que começou por dizer que não foi de ânimo leve que fez as declarações citadas pelo Sr. Deputado Boto Martins, à data o comportamento do PS não a deixou fazer outro tipo de considerações, o que lamentava. A situação do País e da Câmara como foi referido é delicada e exige uma posição concertada de todos os intervenientes políticos com responsabilidade e eleitos para defender os interesses de SCDão. Agora com agrado parabenizava os Srs. Vereadores do PS na solução encontrada e o esforço conjunto que só beneficiava SCDão.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a proposta de alteração das condições de acesso ao Programa de Apoio à Economia Local aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu esta revisão com a necessidade de alterar o orçamento de 2013 devido a valores que já estavam esgotados por não se ter aprovado e recebido as verbas do PAEL. Havia também a considerar as verbas referentes a um dos subsídios que não estava previsto ser pago e também verbas que tinham a ver com encargos maiores com combustíveis. Essencialmente havia verbas que estavam esgotadas e que precisavam de reforços para que os pagamentos continuassem a ser feitos.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a 2ª Revisão ao Orçamento e a 1ª às GOP'S para o ano económico de 2013 aprovada por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 12 abstenções do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DA SENHORA DA RIBEIRA= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este considerou que o passo que se estava agora a dar era de grande importância para o futuro do Concelho. Este Plano de Pormenor foi iniciado há mais de vinte anos passando já por dois Planos de Ordenamento.



*Handwritten signature in blue ink*

## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse que em Portugal tudo o que é planeamento estratégico demora muito a ser aprovado, quando se está a aprovar um Plano já ele está a necessitar de ser revisto. São instrumentos que deviam ser dinâmicos e que não o são por via de uma burocracia que impede que se faça um planeamento a sério, especialmente numa altura em que os conceitos mudam com rapidez. Recordou um episódio numa reunião da Comissão de Reserva Ecológica Nacional para que foi convocado onde estavam cerca de vinte e uma entidades, cada uma com o seu poder de veto e cada uma com a sua opinião diferente em relação ao Plano, sentiu-se um verdadeiro Zé Ninguém que no meio daqueles sábios todos o que estavam a fazer era entrar o progresso de SCDão e no final quando o Presidente da Comissão lhe pediu a opinião disse que não ia defender o Plano, que já estava mais que defendido pelos técnicos, apenas ia lamentar o facto de meia dúzia de senhores em Lisboa estarem a impedir SCDão de progredir. Hoje estava-se a votar um ponto que considerou dos momentos mais altos e importantes de SCDão porque permitirá que daqui para a frente, então sim seja possível tratar da nossa economia. Lembrava também que seguramente no próximo mandato irá ser concluído o Plano de Pormenor do Granjal e neste caso era importante dizer que a concessão da zona de exploração foi atribuída recentemente à Câmara Municipal. Essa área de concessão foi bastante alargada e permitirá logo a seguir procurar investidores que até já têm contactado a Câmara para que também as termas sejam um projeto com sucesso em SCDão. O que hoje aqui é proposto é um primeiro passo para que a zona da Senhora da Ribeira seja finalmente aproveitada para o fim a que se destina: o turístico.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação da proposta do Plano de Pormenor da Senhora da Ribeira que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto seis: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES- RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012= CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção considerou-se que a Assembleia tomou conhecimento deste ponto.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO= RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012= CONHECIMENTO.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que disse ir repetir a opinião já expressa o ano passado sobre este mesmo assunto, tendo a ver com a má classificação do Concelho de SCDão no conjunto dos Municípios que fazem parte da Associação mas especialmente e relativamente aos concelhos vizinhos com uma população semelhante em termos de percentagens dos produtos recicláveis recolhidos pela Associação. Passando os olhos pelos quadros referentes a vidros, papel e outros recolhidos, chega-se à conclusão que SCDão só num deles está bem classificada. Achava que a própria Associação estaria interessada em sensibilizar as populações no sentido de melhorar os resultados, assim como a Câmara Municipal pois até terá uma redução de despesas. Recordava-se também do apelo que o Sr. Presidente da Câmara fez no sentido de todos, junto dos amigos tentarmos exercer alguma influência para se melhorarem estes valores. Claro que cada um de nós encontrará alguma resistência ao fazer esse trabalho, ele próprio tem sentido isso. Disse que a associação deveria encontrar estratégias no sentido de, não sabia como, penalizar os munícipes que não se esforçassem nesse sentido, isso implicaria um investimento enorme na alteração do sistema de recolha de resíduos, recordou uma relíquia que guarda, um "Jacob" que era o nome que se dava em Coimbra ao caixote do lixo numerado dos serviços municipalizados e que cada



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

munícipe tinha que comprar, depositar o lixo e pô-lo à porta no dia da sua recolha e só esse lixo é que era recolhido, isto era um processo dos anos 60 do seu tempo de estudante. Há atualmente concelhos que já estão a investir em novos processos e pensava que mais ano menos ano, logo que o PAEL o permita, terá de pensar-se em alterar este sistema. Exortava mais uma vez o Sr. Presidente para que nas poucas horas vagas que presumia que tivesse, refletisse em estratégias que lhe permitissem apresentar sugestões no âmbito da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

O Sr. Presidente da Câmara pediu de seguida a palavra para dizer que subscrevia tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado. Este sistema é multimunicipal fazendo parte dele dezanove Municípios sendo SCDão um dos seus fundadores, ele foi montado para a recolha porta a porta só que dada a dispersão da população que existe no território o estudo económico/financeiro feito para este serviço refere a sua inviabilidade pois os custos são altamente elevados para os cofres dos Municípios. Se nesta altura já se reclama pelo que se paga e os munícipes hoje pelo que pagam ainda não cobrem o custo do serviço, imagine-se pagar três ou quatro vezes mais se houvesse recolha porta a porta. Em relação aos resíduos orgânicos eles já são aproveitados para a produção de energia elétrica no aterro sanitário, a receita dessa produção ainda é para a empresa concessionária pois tem a ver com os investimentos feitos, também foi preciso fazer um investimento numa Central Automática de Triagem que custou 6 a 7 milhões de euros, essa triagem permite fazer a separação do lixo que as pessoas colocam indevidamente nos contentores e que devia ser reciclado. Hoje o lixo já é todo aproveitado mas tem o inconveniente de os Municípios terem de pagar o seu peso, caso mais grave do vidro que é pesado, não tanto o cartão. Assim os RSU praticamente são pagos duas vezes, primeiro por via do contrato que existe da recolha dos resíduos seletivos e depois no camião onde se paga à tonelada. Claro que tem de haver campanhas de sensibilização que já estão a ser feitas a nível das escolas. Ainda em relação à recolha porta a porta nas grandes cidades não há qualquer problema pois é casa a seguir de casa, haverá prédios em Lisboa que produzem mais lixo que uma das nossas aldeias, ali o camião passa, recolhe e quase sem outra despesa leva o lixo ao aterro, essa é a grande diferença para o nosso caso. Onde há gente concentrada é possível fazer isso de forma rentável, onde não há gente tem que ser a recolha comum pelos contentores. Podia ter perguntado se era ou não possível colocar mais ecopontos pelos dezanove Municípios, isso era possível mas por cada ecoponto que se coloca também se paga mais e nesta época de contenção de despesas fez-se o estudo entre o custo e o proveito e achou-se que nesta altura ainda não é possível estar a investir em mais ecopontos. Quando isso for possível será feito.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO-2012/CONHECIMENTO.

Não havendo qualquer pedido de intervenção considerou-se que a Assembleia tomou conhecimento do Relatório.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o munícipe João Tomás de SCDão que em relação à questão do Balcão Único queria fazer, se o permitia, um reparo ao Sr. Presidente da Câmara pois no programa que a Câmara publicou no seu site está efetivamente referenciado inauguração do Balcão



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Único, não está a requalificação do espaço da Casa dos Arcos. A questão efetiva que queria colocar era se no Balcão Único iriam funcionar outros serviços para além dos camarários que poderia assim funcionar como uma mini Loja do Cidadão, isto porque tem sido abordado por várias pessoas dizendo que ali iriam funcionar outros serviços. Gostaria de saber também quais eram as competências deste balcão em termos de serviços camarários.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que efetivamente houve um erro e que devia ter sido mencionado no site, inauguração da requalificação da Casa dos Arcos, tinha razão mas não considerava isso importante. Em relação a outros serviços que irão funcionar isso não passa de especulação, como era evidente nenhum de nós poderá garantir hoje que alguns serviços que funcionam em SCDão possam vir a encerrar, temos vindo a assistir a isso. Pretendia que esses serviços em SCDão se mantivessem eternamente porque o seu encerramento e mesmo que sejam depois direcionados para o Balcão Único levam seguramente à diminuição das pessoas em SCDão. Na verdade se o Estado resolver amanhã encerrar por qualquer razão um serviço, a Câmara obviamente disponibilizará o espaço porque está preparado para poder receber esses serviços mas nunca vai ser a Câmara a propor ao Estado a instalação de serviços centrais no Balcão Único. A obra está preparada para isso mas não é esse o objetivo que é o de os Serviços Municipais que vão também continuar a ser prestados nos edifícios da Câmara sejam concentrados num só balcão. Há funcionários a ter formação para tal e para além dos Serviços Municipais poderá funcionar um ou outro gabinete.

Pedi depois a palavra o Sr. José António Sousa do Coval que tendo ouvido falar tanto das Termas do Granjal quer pelo PS, quer pelo PSD, disse ser frequentador das Termas de São Gemil onde a água está a cerca de 90 metros de profundidade e no Granjal estará a cerca de 1000 metros. Em São Gemil o rendimento é muito pouco e ainda não fechou porque a Câmara de Tondela tem aguentado a situação, por isso chamava a atenção, pois há muitas coisas feitas nesta vigência e na anterior, que não passam de alguns "Elefantes Brancos" e não se esteja a caminhar para outro.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse compreender a preocupação do munícipe. Havia no entanto a dizer o seguinte: o estudo feito relativamente à capacidade e aos caudais no Granjal são mais que suficientes para se poder fazer um empreendimento a sério. A qualidade da água é diferenciadora sendo parecida com a das Termas de São Pedro do Sul. O projeto tem pernas para andar e não ser um "Elefante Branco", não fosse assim não teríamos nós já a aproximação de empresas que estão no mercado, uma delas podia revelar, a empresa que tem as Termas de Unhais da Serra, a H2O, esta empresa, caso a Câmara o decida irá estabelecer um protocolo para construir um balneário que incluirá a atual escola e mais alguns terrenos à volta e que servirá especificamente para um estudo clínico sobre as potencialidades das águas do Granjal. O que podia garantir a todos era que o projeto só prosseguiria se fosse rentável e para isso não pode ser a Câmara a dizer que é rentável, terá que ser uma empresa privada, estava convencido que era rentável, a sua sugestão será sempre a que seja feita uma subconcessão a uma empresa e que seja esta a explorar e a Câmara a ter direito a parte dos proveitos da exploração.

Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos dando pelos dezasseis horas e trinta minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

## Período antes da ordem do dia

### Monumento aos Mortos Santacombadenses na Primeira Guerra Mundial

Portugal participou no primeiro conflito mundial ao lado dos Aliados, o que estava de acordo com as orientações da República ainda recentemente instaurada.

A Inglterra, que mantinha desde há muito uma aliança com Portugal, moveu influências para que o país não participasse activamente na Guerra.

Em Setembro de 1914 eram enviadas as primeiras tropas para África onde as esperariam uma série de derrotas perante os alemães, na fronteira do sul de Angola com o Sudoeste Africano Alemão e na fronteira norte de Moçambique com a África Oriental Alemã.

Apesar destes combates, a posição oficial do Estado português era claramente ambígua.

Porém, a questão que se colocava era se Portugal entraria na guerra ou não, já que a entrada de Portugal na guerra seria sempre ao lado da Inglaterra e França.

O regime republicano decidiu-se a optar por uma tomada de posição activa na guerra devido a várias razões:

- Com vista à manutenção das colónias;
- A necessidade de afirmar o prestígio e a influência diplomática do Estado republicano bem como a sua legitimação no seio das potências europeias, maioritariamente monárquicas;
- A crença de que era imperativo entrar na guerra pelo progresso nacional, ao lado das democracias;
- Compromisso de aliança com a Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, e afirmação de autonomia de Portugal nas questões bilaterais com a Inglaterra;
- Travar a influência alemã nas populações indígenas no sul de Angola e norte de Moçambique e evitar insurreições locais contra o domínio português;
- Defender as colónias de uma possível penetração militar alemã.

Apesar de ter sido o principal oponente à entrada de Portugal na I Guerra Mundial, a Inglaterra, em Fevereiro de 1916, decidiu pedir ao Estado português o apresamento de todos os navios alemães e austro-húngaros que estavam ancorados na costa portuguesa. Esta atitude justificou a declaração oficial de guerra a Portugal pela Alemanha, a 9 de Março de 1916 (apesar dos combates em África desde 1914).

Em 1917, as primeiras tropas portuguesas, do Corpo Expedicionário Português, seguiram, assim, para a guerra na Europa, em direcção à Flandres. Portugal envolveu-se, depois, em combates na França.

*Sedec*  
21/6/2013

A experiência do Corpo Expedicionário Português no campo de batalha ficou registada na publicação João Ninguém, soldado da Grande Guerra, com ilustrações e texto do capitão Menezes Ferreira.

Neste esforço de guerra, chegaram a estar mobilizados quase 200 mil homens. As perdas atingiram quase 10 mil mortos e milhares de feridos, além de custos económicos e sociais gravemente superiores à capacidade nacional. Os objectivos que levaram os responsáveis políticos portugueses a entrar na guerra saíram gorados na sua totalidade. A unidade nacional não seria conseguida por este meio e a instabilidade política acentuar-se-ia até à queda do regime democrático em 1926.

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial foi desastrosa mas honrada.

Luís Pedro Nunes, num artigo na revista “Única” do jornal “Expresso”, a que deu o título “Os lanzudos do Lys”, escreveu de forma solta e despreziosa, sobre essa passagem da História de Portugal, dando-nos a conhecer as inumanas condições que aqueles Homens tiveram que enfrentar, e escreveu: “Dois anos antes, em 1917, chegados à frente, tiveram que se acocorar na lama feita de pedaços de corpos putrefactos, e dejetos humanos, projéteis a voar pela cabeça, sem saber bem do risco de morrer devido ao gás invisível do inimigo, com fardamento que não agasalhava para o frio, capacete de aço de má qualidade, botas que se rasgavam no sugar da lama e uma tropa inglesa disciplinada que só dizia “come on”, sim os camones. E de repente lá vinha uma morteirada que enterrava os vivos e desenterrava os mortos.”

“O equipamento militar que chegou para fazer frente ao inverno de 1917 foi das maiores traições feitas à dignidade do soldado português: era nada mais nada menos composto por pelicos/samarras de pastor e safões!”

O autor do artigo conta episódios que, não fosse o número trágico de mortos, dariam uma épica comédia absurda!!

A comida rara e de má qualidade, a não substituição das tropas, o mau vestuário, a má higiene e moral, a má preparação, tudo isto matou milhares de portugueses mas também ele reconhece, logo no início do seu texto, da necessidade de homenagear tais Homens: “Quando se pensa no destino dos “serranos” do Corpo Expedicionário Português (CEP), que em poucos meses passaram da sua aldeia perdida nos confins de Portugal para as trincheiras da Flandres, no auge da I Guerra Mundial, mal preparados, sem material adequado, com pouca instrução militar e com 15 graus negativos, alguma homenagem teremos um dia que lhes fazer”.

E foi essa homenagem que, no passado dia 10 de Junho, dia de Portugal, dia do Grande Poeta Luís Vaz de Camões, o concelho de Santa Comba Dão prestou aos seus três patrícios que honradamente morreram pela sua Pátria, ao serviço de todos os Portugueses:

- Joaquim Coelho Cardoso, natural da freguesia de Santa Comba Dão;
- Elias Marques, natural da freguesia de Nagosela;
- Artur Neves, natural da freguesia do Couto do Mosteiro.

Todos faleceram em combate, com a idade de 25 anos.

Honra-me ter participado nessa tardia mas justa homenagem.

Honra-me que tenha sido fixado, num já emblemático largo de Santa Comba Dão, os nomes daqueles três heróicos Santacombadenses.

Honra-me ter sido recordada deste episódio triste da História de Portugal, que tantos Homens despreparados fez tombar no campo de batalha.

Honra-me que a minha Terra tenha feito justiça a estes cidadãos que não disseram não a um chamamento superior, mesmo tendo sido enganados e traídos por todos os que tinham a responsabilidade máxima de os preparar e proteger.

Porque um povo sem memória, é um povo sem história, orgulha-me o acto simbólico a que assistimos no passado dia 10 de Junho.

Porque um povo sem memória não existe, honra-me que os Santacombadenses tenham estado presentes para assistir a essa homenagem e tenham percebido o seu verdadeiro sentido, afastando daqui qualquer aproveitamento político.

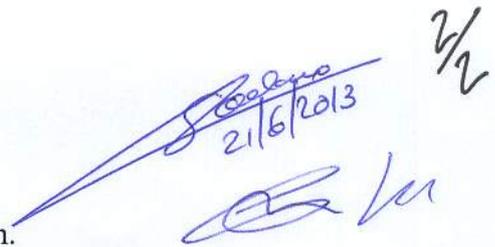
E porque foi o Capitão Menezes Ferreira, o primeiro a relatar a vida quotidiana dos militares do CEP, termino com uma citação do seu livro intitulado, "João Ninguém, Soldado da Grande Guerra":

"Que nome poderei eu dar aos simpáticos soldadinhos, àqueles trigueiraços que das oito províncias de Portugal acorreram de mochila às costas sem faltar ao embarque para honra dos seus batalhões? Nem "serrano", nem "lanzudo", nem "gambúzio", nem "folgadinho". Baptizá-lo-ei, muito simplesmente, com o nome "João Ninguém", incarnando assim, nesta modesta alcunha, aquele português que nas horas difíceis tudo faz para maior glória da Pátria e a quem muitos esqueceram, chegada a hora dos benefícios e compensações. Devemos-lhes, pois, as nossas maiores homenagens."

E, finalmente, os Santacombadenses prestaram-lhes as suas!

21.06.2013

  
Menezes Ferreira

  
21/6/2013

2/2